



Estado de Santa Catarina

Nº 001268

**Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul**

**LEI N.º 1.495/2001**

**Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima Associado a ações sócio-educativas, e determina outras providências "Bolsa - Escola".**

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina,

Torno Público a todos os habitantes deste município que à Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º - Fica instituído no âmbito deste município, o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas.**

**§ 1º - São beneficiárias do Programa instituído por esta Lei as famílias com renda familiar per capita até noventa reais mensais, que possuem sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis e quinze anos, matriculados em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento.**

**§ 2º - Para fins do parágrafo anterior, considera-se:**

- I - família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros;**
- II - para enquadramento na faixa etária, a idade da criança, em número de anos completados até o primeiro dia do ano no qual se dará a participação financeira da União; e**
- III - para determinação da renda familiar per capita, a soma dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros da família dividida pelo número de seus membros.**

**§ 3º - O Poder Executivo poderá reajustar o limite de renda per capita fixado no § 1º, desde que atendidas todas as famílias compreendidas na faixa original.**





Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul

LEI N.º 1.495/2001.

**Art. 2º** - O programa instituído por esta Lei tem como objetivo incentivar a permanência das crianças beneficiárias na rede escolar de ensino fundamental, por meio de ações sócio-educativas de apoio aos trabalhos escolares, de alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar ao das aulas.

§ 1º - O Poder Executivo definirá as ações específicas a serem desenvolvidas ou patrocinadas pela Municipalidade para atingimento dos objetivos do programa.

§ 2º - As despesas decorrentes do disposto no parágrafo anterior correrão a conta dos orçamentos dos órgãos encarregados de sua implementação.

**Art. 3º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - "Bolsa-Escola", instituído pelo Governo Federal.

§ 1º - Fica o Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a assumir perante a união, as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes da adesão ao referido programa;

§ 2º - Compete à Secretaria Municipal da Educação, desempenhar as funções de responsabilidade do município em decorrência da adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação - "Bolsa-Escola".

**Art. 4º** - Fica instituído o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima com as seguintes competências:

- I - acompanhar e avaliar execução das ações definidas na forma do § 1º do Art. 2º;
- II - aprovar a relação das famílias cadastradas pelo Poder Executivo Municipal como beneficiários do Programa;
- III - aprovar os relatórios trimestrais de frequência escolar das crianças beneficiárias;
- IV - estimular a participação comunitária no controle da execução do programa no âmbito municipal;
- V - desempenhar as funções reservadas no Regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima "Bolsa-Escola";
- VI - elaborar, aprovar e modificar o seu regimento interno; e,
- VII - exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares.





Estado de Santa Catarina

Nº 001270

## Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul

LEI N.º 1.495/2001

§ 1º - O Conselho instituído nos termos deste artigo terá 08(oito) membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, por indicação das seguintes entidades:

**- representantes dos órgãos Governamentais**

- 01 representante da Secretaria Municipal da Educação;
- 01 representante da Secretaria Municipal da Saúde;
- 01 representante do Setor Social;
- 01 representante da Secretaria Municipal da Fazenda;

**- representantes dos órgãos não Governamentais**

- 01 representante da Associação Guarujense de Amparo a Vida;
- 01 representante do Colégio Cenecista "Marechal Arthur da Costa e Silva";
- 01 representante da Polícia Militar;
- 01 representante das Associações de Pais e Professores.

§ 2º - A participação no Conselho instituído nos termos deste Artigo não será remunerada, ressalvando o ressarcimento das despesas necessárias à participação das reuniões.

§ 3º - É assegurado ao Conselho de que trata este Artigo o acesso a toda a documentação necessária ao exercício de suas competências.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 10 de abril de 2001.**

**49º ano da Fundação e 39º ano da Instalação.**

**NARCIZO VILSO ZAFFONATO**

Prefeito Municipal

- Certifico que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

**ASTOR JOSÉ WARKEN**

Secretário da Administração e Fazenda